

**POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO - FMABC**

**Santo André
Dezembro de 2020**

CENTRO UNIVERSITÁRIO - FMABC

Presidente da FUABC

Dr. Adriana Berringer Stephan

Dr. Luiz Mário Pereira de Souza Gomes

Reitoria do Centro Universitário Saúde ABC

Prof. Dr. David Everson Uip - Reitor

Prof. Dr. Fernando Fonseca – Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Graduação

Profa. Dra. Roseli Oselka Saccardo sarni – Pró-Reitora da Graduação

Profa. Dra. Sonia Hix – Pró-Reitora Adjunta da Graduação

Pró-Reitoria de Pós Graduação, Inovação e Pesquisa

Prof. Dr. Pró-Reitor de Pós Graduação, Pesquisa e Inovação

Professora Dra. Bianca Alves Vieira Bianco – Pró-Reitora Adjunta

Pró-Reitoria de Extensão

Profa. Dra. Vânia Barbosa do Nascimento – Pró-Reitora de Extensão

Profa. Dra. Fernanda Benetti – Pró-Reitora Adjunta

Pró-Reitoria de Administração, Finanças e Planejamento

Dr. Luis Ricardo Strabelli – Pró-Reitor de Administração, Finanças e Planejamento

Equipe Técnica da Pró-reitoria de Extensão

Prof. Dra Silmara Conchão

Prof. Ms Juliana Rodrigues

Prof. Dra Gabriela Monika Casa Grande

COMISSÃO TÉCNICO – ACADÊMICA

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

2. A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

3. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FMABC

4. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO DA FMABC

4.1. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.2. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.3. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.4. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.5. MODALIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

4.6. ÁREAS TEMÁTICAS

4.6. AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6. BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

REGULAMENTO DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

CÂMARA DE EXTENSÃO

1. APRESENTAÇÃO

As mudanças no mundo contemporâneo conferem às Instituições de Ensino Superior (IES) um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades. A FMABC, diante dessa realidade, em consonância com sua missão e considerando as diretrizes nacionais para as IES, propõe-se a discutir uma política de extensão universitária, articulada com o ensino e a pesquisa, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.

O documento que ora se apresenta, *“Política de Extensão Universitária da FMABC*, deve ser a expressão do trabalho coletivo de professores e técnicos da Instituição, configurando-se como um texto orientador das ações extensionistas do Centro Universitário.

Sua concepção orienta-se pelos critérios da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, que objetiva proporcionar à Sociedade aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento e/ou de complementaridade às suas necessidades cotidianas. Da mesma forma, numa mão dupla que se estabelece, recebe da Sociedade contribuições de suas vivências e experiências agregadas historicamente por seus membros.

Valoriza todas as contribuições agregadas pela história da FMABC ao longo da sua existência, bem como agrega novas contribuições que respeitam as particularidades de cada área de conhecimento da Instituição, além de reconhecer questões pontuais demandadas pela Sociedade. Por isso, considera como mérito todos os esforços da comunidade universitária para estender saberes e para realizar uma efetiva interação com as comunidades-alvo, priorizando ações voltadas à melhoria das condições de vida e bem-estar da população.

A estruturação da Câmara de Extensão na Pró reitoria de Extensão, em 2020, procurará intensificar as reflexões sobre as práticas extensionistas até então existentes na Instituição. Esse processo de mobilização, caracterizado por uma gestão compartilhada, deverá construir as bases para um documento *“Extensão Universitária: uma construção coletiva”*, com as principais diretrizes e um desenho preliminar da política aqui sugerida.

Este texto *“Política de Extensão Universitária FMABC”* procura refletir os desafios atuais colocados à extensão universitária como atividade-fim, integrada ao ensino e à pesquisa, conforme expressa o art. 207 da Constituição Federal/1988 e no com a Política Nacional de Extensão, embasada no Plano Nacional de Extensão, documento que define as diretrizes para a extensão universitária no país.

Nesse sentido, como parte de uma realidade maior que é a meta de reconhecimento público de uma Universidade plural, democrática e de qualidade, a área de extensão coloca-se como um canal institucional de diálogo com as demandas internas de sua comunidade e da Sociedade. Assim, precisa ter muito claro esse papel, devendo suas intenções de ação expressar os reais interesses da Instituição e da Sociedade.

Orientados substantivamente por tal política, aos atores institucionais cabem as tarefas de planejamento, registro, inserção e avaliação, que em última análise o cumprimento da missão da Instituição.

Por fim, a operacionalização das ações de extensão deverá estar de acordo com as políticas internas de gestão do Centro Universitário - FMABC, seguindo, igualmente, políticas públicas de interesse geral da Sociedade.

A Pró-reitoria de Extensão oferece, através da Política inscrita nesse documento, um texto norteador das ações extensionistas do Centro Universitário e o submete à Câmara de Extensão para apreciação.

2. A TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O estudo “Extensão Universitária: Organização e Sistematização”, editado em 2007 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), aponta que os primeiros registros oficiais sobre Extensão Universitária apareceram no Estatuto da Universidade Brasileira de 1931, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, focados na modalidade de conhecimentos e assistência.

No início da década de 1960, o caráter assistencialista das ações universitárias na comunidade começou a ser questionado em discussões político-ideológicas pelos estudantes. Após 1964, surge o Projeto Rondon cujas atividades que proporcionaram uma nova abordagem de tais ações assistencialistas, através de serviço voluntário ao Estado, que aproximavam os estudantes da realidade social, porém eximia a Universidade de seu papel problematizador diante das questões político-sociais do Brasil. A reforma Universitária de 1968 trouxe a Extensão como obrigatória para todos os estabelecimentos de ensino superior, caracterizada como *cursos e serviços especiais estendidos à comunidade*¹.

A partir da década de 1980, um novo paradigma para a Universidade Brasileira no tocante a atuação extensionista foi introduzido nas reflexões, trazendo a centralidade da relação Instituição-Sociedade. Nesse contexto foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1987, que passou a coordenar as estratégias de ação e atuar de modo propositivo na organização da área no cenário nacional sob a égide:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão

¹ Documento organizado por Edison José Corrêa, sob a Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FORPROEX, 1987)².

Assim, pode-se notar que a tendência de organização das atividades de extensão nas universidades tem assumido menos um caráter assistencialista passando por um questionamento das ações desenvolvidas por ela até então. A extensão começou a ser percebida como um processo que articula o ensino e a pesquisa, organizando e assessorando os movimentos sociais que estavam surgindo, bem como apoiando as políticas públicas exigidas pela sociedade.

Assim, a partir de 1988 as articulações da extensão universitárias no Brasil têm sido pautadas pelas deliberações do FORPROEX, que através de um Plano Nacional tem orientado as instituições de ensino superior nas suas ações extensionistas.

Recentemente, em 2018, através da RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, o Ministério da Educação estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. Estabelece a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos³.

2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FMABC

A Faculdade de Medicina do ABC – FMABC completou 50 anos de existência. O tempo se encarregou de mostrar o seu valor, tanto no que se refere a sua vocação de ensino na área da saúde, como pelo seu importante papel na prestação de serviços para região do Grande ABC e para os municípios vizinhos.

Grande parte dos médicos atuantes na Região tiveram sua graduação e especialização, que agora avança para as demais profissões da área da saúde, na MED ABC, como é carinhosamente denominada pelos estudantes, o que nos enche de orgulho.

Nos primeiros anos de existência, a missão da Faculdade voltava-se quase exclusivamente para o ensino, com atividades práticas nos hospitais da Região. Poucas parcerias eram conduzidas. A instituição colocava-se numa condição pouca ativa, em termos de retornar à sociedade a expectativa que se colocava sobre ela e no potencial que apresentava.

As ações de extensão na FMABC tiveram início na década de 1970, a partir de

² I FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

³ BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

iniciativas isoladas dos departamentos do curso de medicina e diretório acadêmico que promoviam atividades culturais, congressos, cursos e prestação de serviços às comunidades em situação de vulnerabilidade através do Projeto Rondon.

Essa realidade ao longo dos anos mudou radicalmente. A atuação da FMABC foi expandida para quase todos os campos possíveis de atividades, seja no tocante à formação e ao aprimoramento dos profissionais de saúde, como também na prestação de serviços, assessoriais, desenvolvimento de pesquisas e de ações de promoção e proteção à saúde. É no interior desse contexto que se encontra a extensão. Entendemos que a extensão é o resultado de toda a nossa atuação, articulada junto à comunidade regional, sendo inerente ao processo educacional. É através da força indutora e motivada pelas demandas originadas no seu território que a extensão se realiza.

A expansão da FMABC através da criação de novos cursos e parceria direta para a implantação do Sistema Único de Saúde na região do Grande ABC, considerada uma importante política pública a ser apoiada pela instituição, obrigou a FMABC à organizar a sua estrutura administrativa para dar conta da demanda na área da saúde que se apresentava a ela. Assim foi criada a Pró-Reitoria de Extensão, em -----, e formalizado o Colegiado de Extensão, que contou com a representação de alunos, professores e técnicos, tendo como objetivo fomentar e efetivar a participação da comunidade universitária na implementação da política de extensão.

Registra-se que a Pró-reitoria de Extensão preocupava-se em apresentar à comunidade acadêmica a necessidade de implementação de uma Política de Extensão intimamente vinculada às propostas e atividades de Ensino e Pesquisa e o estabelecimento de uma conexão mais próxima com a sociedade. Junto à estrutura desta Pró-reitoria foi incorporada uma equipe de docentes e técnicos que contribuíram para uma melhor organização das ações.

Assim, entende-se que nas últimas duas décadas, a FMABC vem desenvolvendo práticas extensionistas, tais como ações científicas, culturais e educativas, que têm possibilitado a interlocução da instituição com a sociedade e a participação de diversos segmentos sociais em suas ações, contribuindo para a promoção da cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social e demonstrando um grande dinamismo e criatividade.

Em 2018, a nossa instituição deu mais um passo importante se credenciando a ser um Centro Universitário, congregando os seus 10 cursos e graduação na área de saúde, além da pós-graduação e suas inúmeras atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Hoje, o Centro Universitário Saúde ABC coloca-se permeável aos desejos da sociedade e da comunidade acadêmica, e assim procura desenvolver inúmeras atividades de extensão, quer seja no campo da atenção à saúde, no âmbito das atividades científicas e culturais, na prestação de serviços de natureza técnica, na adesão às parcerias, entre outras. Entendemos que é dessa forma que o Centro Universitário e seus cursos podem interagir diretamente com a sociedade, colaborando para a resolução dos problemas emergentes e concretos. Por isso, acreditamos ser a extensão uma atribuição essencial das instituições de ensino, bem como deve ser priorizada por elas, cujo caráter deve ser fundamentalmente o do ensino e aprendizagem, associada à sua responsabilidade social.

E, só assim estaremos formando profissionais capacitados para o desenvolvimento científico, cultural e técnico, conduzidos por uma postura ética, responsável e solidária, contribuindo para a necessária transformação da realidade brasileira.

4. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO

4.1. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FMABC

De acordo com Política Nacional de Extensão Universitária de 2012⁴, entende-se que a Extensão Universitária propõe disponibilizar o saber científico e humanístico para o desenvolvimento da sociedade, sobretudo no que se refere às transformações sociais, tendo em vista a **superação das desigualdades sociais e as discriminações decorrentes** de raça/etnia, diferenças regionais, gênero e orientação sexual. Isso envolve reflexões e aprofundamentos da discussão acerca do papel da extensão como projeto social, assim como da universidade, com o propósito de influenciar a formulação de políticas públicas e apoiar-las atuando conjuntamente com o poder público na execução dos propósitos estabelecidos por elas.

No atual contexto marcado por profundas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, as universidades vêm sendo desafiadas cada vez mais para a busca da qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural em aproximação com as reais demandas e necessidades da população, exigindo a sua interação com a sociedade. Deve-se pensar o ensino, a pesquisa e a extensão como ações que permitam à universidade cumprir seu objetivo maior de produzir o conhecimento científico e torná-lo acessível à sociedade.

A extensão pode assim se consolidar como um meio de democratizar o conhecimento produzido ao ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos à universidade. Ao mesmo tempo em que o contato direto com a sociedade retroalimenta o ensino e a pesquisa e a própria extensão, contribuindo para o desenvolvimento de novos conhecimentos científicos.

Nesse sentido Paulo Freire sugere em seus estudos não apenas a substituição da expressão “extensão” por outra expressão «comunicação», tentando demonstrar que a extensão é o ato dialogal da Universidade com a sociedade. É o momento em que a universidade conversa com a sociedade⁵.

A extensão universitária integrada ao ensino e à pesquisa apresenta o potencial de favorecer a universidade no sentido da convergência entre sua vocação técnico-científica, a vocação humanizadora e seu compromisso social. As atividades de extensão como parte do ensino permitem a ampliação da sala de aula para que a construção do saber ocorra dentro e fora das instituições de ensino, influenciando ainda o processo pedagógico na interação com a comunidade interna e externa ao ambiente acadêmico.

A relação com a pesquisa propicia a criação e recriação de novos conhecimentos e desenvolvimento teórico e acadêmico, que poderão contribuir com a transformação da sociedade e da própria universidade.

Entende-se que o caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar dos programas de extensão, apresentam o potencial de ir além da especialização de cada área de conhecimento ou curso, que resultam na necessária abordagem integrada do social.

As ações de extensão investem na formação de profissionais cidadãos que pautem suas atitudes pela ética fundada no entendimento de que o ser humano tem valor por si mesmo. Assim, as ações de extensão, articuladas ao ensino e à pesquisa,

⁴ BRASIL. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX, 2012.

⁵ FREIRE, Paulo, 1977. *Extensão e comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra

devem orientar se para a defesa da justiça, do respeito às diferenças, da autonomia e da liberdade entre os homens.

Nesse sentido, em 1998, o Plano Nacional de Extensão já apontava para a necessidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras, reconhecendo que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã capaz de interferir na solução dos problemas sociais existentes no País⁶. Nessa direção, o Centro Universitário FMABC tem pautado as suas ações extensionistas, como as que se apresentam até então.

Sendo a extensão “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”⁷ as suas ações constituem-se espaços ideais para a instauração de um novo paradigma democrático. Nesse sentido, não há espaço para hierarquias internas nas atividades de extensão, devendo-se romper a tradição burocrático-hierarquizada da estrutura universitária. O conhecimento produzido e sua gestão se tornam tarefa de todos os envolvidos no processo de forma coletiva, solidária, horizontal e sem hierarquias ou subordinações de cargos, funções ou ideias. Este modelo democrático e de gestão da extensão, confere múltiplas configurações de participação da comunidade acadêmica e sociedade de um modo geral.

4.2. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A FMABC fundamenta os seus projetos acadêmicos e as demais atividades por princípios e valores que conferem marca singular à instituição. Esse fundamento se traduz em princípios que norteiam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, entendendo que os saberes produzidos por ela estão a serviço da dignidade das pessoas e que a universidade tem o dever e a missão de contribuir para a compreensão dos problemas que afetam a sociedade, com especial atenção às suas dimensões éticas, a saber:

- **Igualdade** – de valor dos seres humanos e garantia de igualdade de direitos entre eles.
- **Liberdade** – de criação, de expressão do pensamento e de produção de conhecimento.
- **Autonomia** – capacidade de formular leis, em contexto de liberdade, e se reger por elas.
- **Pluralidade** – expressão da igualdade e diferença entre as pessoas, iguais porque humanos e diferentes porque singulares.
- **Solidariedade** – adesão à causa do outro, fundada no respeito mútuo e na interlocução entre sujeitos da sociedade.
- **Justiça Social** – orientada pela igualdade de direitos e pelo respeito às diferenças. A justiça implica a obrigação de agir quando se tem consciência da injustiça.

⁶ Plano Nacional de Extensão Universitária, 1998, apud NOGUEIRA, 2005, p. 92.

⁷ BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

Traduzindo esses princípios para o atual momento da nossa instituição, a qual tem se dedicado profundamente ao campo da saúde, a extensão da FMABC, articulada ao ensino e à pesquisa, assume o compromisso com a dignidade humana, com a saúde e os direitos de cidadania.

4.3. DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX⁸, de forma ampla e aberta, são as seguintes:

- **Interação Dialógica:** orienta o desenvolvimento de relações entre a universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, a fim de produzir conhecimentos que contribuam para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. Isso pressupõe que os atores sociais que participam da ação, sejam pessoas inseridas nas comunidades com as quais a ação de Extensão é desenvolvida, sejam agentes públicos (estatais e não estatais) envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas com as quais essa ação se articula, também contribuem com a produção do conhecimento. Eles também oferecem à Universidade os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária. Acaba sendo uma via de mão dupla. Desse modo, torna-se necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não universitários em sua produção e difusão;

- **Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade:** a complexidade da realidade social impõe combinar a especialização com a visão holística nos processos de intervenção social, podendo ser concretizadas pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundas de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa forma, espera-se imprimir às ações de extensão a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende;

- **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão:** essa diretriz reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico, vinculando-se a formação de pessoas e geração de conhecimentos. O caráter de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Na relação entre Extensão e Pesquisa, abrem-se múltiplas possibilidades de articulação entre a Universidade e a sociedade. No tocante à produção de conhecimento, a Extensão Universitária sustenta-se principalmente em metodologias participativas, no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), cujos métodos de análise envolvem a participação dos atores sociais e o diálogo. Nessa direção, a extensão deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização. A produção

⁸ BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

acadêmica da instituição poderá ser enriquecida a partir das atividades de Extensão, seja através de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos, orientações à comunidade ou outros produtos artísticos e culturais.

• ***Impacto na Formação do Estudante:*** As atividades de Extensão Universitária devem ser entendidas como fundamental à formação do aluno, uma vez que tende a ampliar o universo de referências em que se apoiam, permitindo o contato direto dos estudantes com as grandes questões contemporâneas. Nesse processo tem-se a reafirmação dos compromissos éticos e solidários da instituição. As estratégias educacionais das atividades de extensão devem ter por base a flexibilização curricular e integralização dos créditos realizados por meio de atividades extensionistas, importando designar professor orientador da atividade, apresentar objetivos claros e o papel dos participantes na ação, assim como a metodologia de avaliação. Isso depende ainda do apoio interno da Universidade, tanto no que se refere ao fomento das ações, como no estabelecimento de regras relacionadas a campos de estágio, composição de grade curricular, carga horária e regras disciplinares indicadas pelos colegiados de graduação e pós-graduação.

o Impacto e Transformação Social: O caráter político dessa diretriz reafirma o papel da Extensão Universitária como estratégica na inter-relação da Universidade com a sociedade, visando uma atuação transformadora, a qual estará voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. Segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, 2012, tal diretriz apresenta as características que as ações extensionistas precisam observar: “(i) privilégio de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; (iii) efetividade na solução do problema”. Destaca-se que essa diretriz não visa apenas produzir impacto e transformação na sociedade, mas também na própria universidade, enquanto parte da sociedade, a qual será modificada diante de todo o processo de interação.

4.4. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA FMABC

Em decorrência das Diretrizes da Política de Extensão Universitária, estabelecem-se os seguintes Objetivos da Política de Extensão Universitária:

- Intensificar a relação entre a universidade e a sociedade e vice-versa;
- Reafirmar a extensão universitária como parte do fazer acadêmico;
- Democratizar o conhecimento acadêmico;
- Estimular a participação da comunidade universitária na produção e registro do conhecimento gerado através das atividades de extensão;
- Contribuir para a inclusão da extensão, enquanto prática acadêmica, nos projetos pedagógicos dos cursos;

- Consolidar a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e a extensão, efetivados em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias;
- Estimular atividades interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares nas atividades de extensão.
- Valorizar o intercâmbio nacional e internacional, com órgãos públicos e privados e agências não governamentais, articulando redes ou parcerias, sob a forma de convênios, ou afins;
- Criar condições para que às atividades extensionistas sejam atribuídos créditos curriculares;
- Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- Fortalecer a interlocução dos núcleos temáticos com departamentos, cursos, grupos de pesquisadores e outros setores das diversas unidades da FMABC.

4.5. MODALIDADES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A política de extensão da FMABC deve ser efetivada por meio das seguintes Modalidades, baseando-se na Resolução nº 7 de 2018, que trata das diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira:

- **Programas:** conjunto de projetos de extensão de caráter orgânico institucional, com clareza de diretrizes e orientados a um objetivo comum em ação de médio e longo prazo.
- **Projetos:** ação processual e contínua de caráter educativo, social, científico ou tecnológico com objetivo específico a curto e médio prazo.
- **Cursos:** conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos.
- **Eventos:** apresentação e exibição pública e livre ou também com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade. Inclui: congresso, seminário, encontro, conferência, ciclo de debates, exposição, espetáculo, festival, evento esportivo, entre outros.
- **Prestação de serviços:** realização de trabalho oferecido pela Universidade ou contratado por terceiros (comunidade e/ou empresas), incluindo assessorias, consultorias, cooperação interinstitucional e/ou internacional. Cabe ressaltar que a prestação de serviços na universidade deve considerar sempre o caráter pedagógico de sua ação, eliminando a possibilidade de substituir o Estado em suas funções e de transformar-se em uma agência de venda de serviços.
- **Publicações e outros produtos acadêmicos:** produção de publicações e de produtos acadêmicos decorrentes das ações de extensão para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softwares, anais, revistas, livros, CDs, entre outros.

4.6 ÁREAS TEMÁTICAS

A Pró-Reitoria de Extensão, consoante com a Política Nacional de Extensão Universitária, reconhece como prioritárias as seguintes áreas temáticas:

- **Direitos Humanos** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos e justiça; direitos de grupos sociais; organizações populares; entre outras;
- **Educação** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de educação; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde;
- **Meio Ambiente** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e rural; capacitação de qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e internacional na área; educação ambiental;
- **Saúde** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de promoção à saúde e qualidade de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral à terceira idade; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; saúde indígena; entre outras.
- **Tecnologia e Produção de Serviços** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de transferência e utilização de tecnologia apropriadas;
- **Trabalho** – nesta área está incluída a saúde e segurança no trabalho; entre outras.
- **Comunicação** – nesta área estão inseridas as atividades complementares de comunicação social; mídia de um modo geral; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; entre outras;
- **Cultura e esportes** – nesta estão inseridas as atividades complementares de desenvolvimento de cultura; cultura, memória e produção cultural e artística; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística na área de música e dança; produção teatral;

4.7. AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão Universitária da FMABC deve ser avaliada de modo semelhante às demais atividades-fim da Universidade e estar inserida no Programa de Avaliação Institucional, incluindo todos os atores envolvidos nas ações extensionistas, no âmbito interno e externo. Essa decisão é consistente com o estabelecido pela SINAES.

O processo de avaliação da extensão estabelece os seguintes objetivos:

- Conhecer todas as ações da extensão universitária desenvolvidas pela FMABC;
- Demonstrar, consolidar e contribuir para aprimorar a qualidade da produção acadêmica desenvolvida na extensão universitária.

- Identificar o perfil da extensão na FMABC nas dimensões da política de gestão, de todas as ações extensionistas (programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviço, entre outras);
- Subsidiar a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

A Pró-reitoria de Extensão, nesse sentido, propõe a criação de mecanismos e sistemas de monitoramento e avaliação de suas ações para obter dados e informações precisas e consistentes, contribuindo com o processo avaliativo e, simultaneamente, permitindo que se fomente uma discussão da qualidade, relevância e impacto das ações extensionistas desenvolvidas na universidade, norteando, dessa forma, sua política de extensão.

A proposta de criação do Sistema de Informação possibilitaria uma formalização mais efetiva da extensão na estrutura da universidade, fomentaria a sua articulação com o ensino e a pesquisa e otimiza as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, dando visibilidade à ampla gama de trabalhos ora desenvolvidos na FMABC.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta aqui apresentada é fruto de um esforço de sistematização da prática e da reflexão da extensão que vem sendo desenvolvida na FMABC ao longo da sua história, combinado com as exigências legais expressas em vários documentos oficiais, em especial, a Política Nacional de Extensão Universitária e a resolução nº 7, de 2018, editada pelo MEC.

A institucionalização da política extensionista torna-se necessária para a consolidação da extensão da FMABC enquanto uma atividade acadêmica articulada ao ensino e à pesquisa, inserida no cotidiano da universidade e requer o comprometimento das várias instâncias da Instituição no sentido de garantir a operacionalização das medidas e procedimentos contidos nessa proposta apresentada pela PROEX.

6. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000, 196 p.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

I FORPROEX - ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em: março de 2012.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – XVII FORGRAD. Política Nacional de Graduação. Manaus. Maio, 2004.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência - o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 2004, 13 a. Edição.

NOGUEIRA, M.D P. Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987-2000). Belo Horizonte: PROEX/UFMG. 2000. ps 91-160

RIBEIRO, Darci. As Américas e a Civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos. Petrópolis: Editora Brasiliense. 1970.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SUB-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO. Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro: UFRJ – Sub-reitoria de Desenvolvimento e Extensão, 2002